

HABEAS CORPUS Nº 500.473 - MG (2019/0083909-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : TULIO GABRIEL PEREIRA
ADVOGADO : TULIO GABRIEL PEREIRA - MG176712
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUIZ FELIPE SOUZA DA SILVA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ FELIPE SOUZA DA SILVA, em que consta como coator o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado pelo Juízo de primeira instância às penas de 5 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, e pagamento de 583 (quinhentos e oitenta e três) dias-multa, em regime inicial fechado, pela prática do crime disposto no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso VI, ambos da Lei n.º 11.343/2006 (fls. 15-37). Na ocasião, foi negado ao Condenado o direito de recorrer em liberdade, por permanecerem presentes os motivos da segregação cautelar.

No presente *writ*, alega o Impetrante, em suma, que há excesso de prazo para o julgamento do recurso de apelação interposto pela Defesa contra a sentença condenatória.

Salienta que os autos foram remetidos em 03/03/2018 ao Tribunal de Justiça, estando conclusos ao Desembargador Relator desde 06/12/2018, ou seja, há mais de 4 (quatro) meses, sem terem sido incluídos em pauta para julgamento, mesmo em se tratando de Réu preso (fl. 5).

Requer, ao final, a concessão da medida liminar "*para revogar a prisão preventiva decretada nos autos 0024217-48.2017.8.13.0431*" (fl. 10). No mérito, pleiteia a concessão da ordem para que "*que o recurso de Apelação seja colocado em julgamento no prazo regimental sem mais delongas*" (*ibidem*).

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

Não obstante a Defensoria Pública ter formulado pedido liminar para "*que sejam suspensos os efeitos da decisão que decretou a sua prisão preventiva*" (fl. 10),

argumentando que "*a plausibilidade do direito invocado está consubstanciada na inexistência de fundamento para a manutenção da prisão cautelar*", e que "*o periculum in mora é notório e decorre do fato do paciente estar preso sem qualquer amparo legal*", não desenvolveu nenhuma tese a respeito da ilegalidade da decisão que decretou a constrição provisória.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Desembargador Relator prestar esclarecimentos sobre eventual motivo para o adiamento do julgamento do recurso de apelação interposto pela Defesa.

Oficie-se, ainda, à Corte de origem, para que encaminhe a respectiva senha ou chave de acesso para consulta aos andamentos processuais, caso a página eletrônica na *internet* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora